

Sumário

1. APRESENTAÇÃO: OBJETO E PROPÓSITO DA OBRA	7
1.1. O abstrato e o dogmático no campo do processo civil	7
1.2. A desconstrução do castelo e o processo da realidade	10
1.3. A importância da economia e suas ferramentas	13
1.4. Análise econômica do direito e seu espantalho.....	17
1.5. Qual ciência econômica?	22
2. ANÁLISE ECONÔMICA DO PROCESSO: FERRAMENTAS INICIAIS	25
2.1. Por que equações ajudam?	25
2.2. A racionalidade econômica como ferramenta chave	28
2.3. A racionalidade econômica não é perfeita	33
2.4. Os benefícios nem sempre são óbvios	39
2.5. Os advogados como agentes.....	42
3. COOPERAÇÃO PROCESSUAL: UM PROJETO POSSÍVEL?.....	47
3.1. A “cooperação processual” e seu suporte	47
3.2. A cooperação como elemento econômico	50
3.3. Quem deseja um processo melhor?	56
3.4. Instituições exteriores e cooperação: redesenhando o modelo	60
4. A POSTULAÇÃO NO PROCESSO: AÇÃO E EXCEÇÃO EM PERSPECTIVA	67
4.1. Por que demandar?.....	67
4.2. Por que se defender?.....	74
4.3. Conjugando: quando litigar ou transigir?.....	78
4.4. O interesse público e o interesse privado no processo	81
4.5. O quadro da litigância e o sistema de justiça	86
5. REACOMODANDO A POSTULAÇÃO: PROVA, APOSTA E INCERTEZA.....	91
5.1. Prova, litigância e probabilidade	91
5.2. Apostando no escuro? – As provas e a topografia processual.....	93
5.3. Invertendo o telescópio – Riscos e desvantagens	101
5.4. Testando os modelos: a prova e a dimensão da postulação	105

6. A ECONOMIA DOS RECURSOS E SUA MÚLTIPLA PERCEPÇÃO	109
6.1. Por que recorrer?	109
6.2. Por que não recorrer?	113
6.3. Testando o modelo: perspectivas e diagnósticos para um sistema recursal.....	116
6.4. Realinhando as pontas: os recursos e suas feições públicas e privadas	122
 7. QUANDO ACABA O PROCESSO, ACABA A DISPUTA?	127
7.1. A coisa julgada e seu enquadramento geral	127
7.2. A coisa julgada inibe rediscussão?	130
7.3. Palavras são só palavras: a impugnação da estabilidade e o convite ao desafio	132
7.4. Realinhando o modelo: o debate só termina se esta for a melhor opção	134
 8. EXECUÇÃO E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS EM PERSPECTIVA	137
8.1. Execução, direito e previsibilidade social	137
8.2. Efetivação e conformidade: a autoridade das instituições.....	140
8.3. A racionalidade e a tutela dos direitos.....	144
8.4. A atipicidade de poderes e a racionalidade material	147
 REFERÊNCIAS	151